ANÁLISE DA QUINZENA

Feijão: o ônus da marginalidade de um produto de abastecimento interno.

O Brasil, atualmente o 3º produtor mundial, ocupou a liderança na produção e consumo de feijão durante largo período, sendo superado pela India a partir de 74 e pela China em 76. O feijão brasileiro é uma cultura de subsistência, plantado basicamente em minifúndios,onde a prática da consorciação é muito difundida. As sementes usadas no plantio são de baixa qualidade, principalmente porque,sendo a quantidade de sementes melhoradas muito reduzida, os produtores costumam usar parte do feijão colhido como semente para a safra seguinte. Este processo acarreta uma degenerescência do potencial genético das sementes, além de perpetuar a transmissão de doenças, na ausência de controle fitossanitário. Vale notar que as sementes melhoradas constituem apenas 1% do total usado para o plantio, situação agravada ainda pela extrema sensibilidade do feijoeiro ao ataque de pragas e doenças e às condições climáticas adversas. Neste aspecto, tem sido crescente a quebra de produção devido ao "mosaico dourado" com a expansão das culturas de soja e algodão acima do paralelo 24, principais hospedeiras do vetor da doença. O problema se agrava diante do elevado número de variedades existentes (cerca de 3.000) , que dificulta a padronização e prejudica o rendimento agrícola.

A tabela 15.A apresenta a evolução da área, rendimento físico e produção da cultura brasileira, a partir de 1968. A produção brasileira, à exceção dos anos 71, 72 e 76, vem-se apresentando razoavelmente estável. Como o crescimento da área colhida é positivo, embora lento, constata-se a contínua redução da produtividade a partir de 73. (Ver Notas Estatísticas).

TABELA 15.A

BRASIL

FEIJÃO*: PRODUÇÃO, ÁREA E PRODUTIVIDADE 1968-1976

ANO	ÁREA COLHIDA 1.000 ha	ÍNDICE DE CRESCIMENTO	PRODUÇÃO t	ÍNDICE DE CRESCIMENTO	PRODUTIVIDADE kg/ha
1968	3.663	100,0	2.419.677	100,0	661
1969	3.633	99,2	2.199.974	90,9	606
1970	3.485	95,1	2.211.449	91,4	635
1971	3.936	107,5	2.687.989	111,1	683
1972	3.941	107,6	2.676.225	110,6	679
1973	3.815	104,2	2.228.940	92,1	584
1974	4.163	113,7	2.238.021	92,5	538
1975	3.977	108,6	2.270.747	93,8	571
1976	4.038	110,2	1.842.262	76,1	456

* Todos os Tipos.

Fonte: CFP

Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

A produtividade do feijão brasileiro sempre foi baixa frente aos países mais desenvolvidos como Canadá, EUA e Japão. Deve ser motivo de preocupação, entretanto, o aumento da defasagem entre estes países e o Brasil. No período 61-65, a produtividade brasileira era equivalente à 43%, 46% e 57% das produtividades canadense, norte-americana e japonesa, respectivamente. Em 76, estes valores foram de 32%, 35% e 35% em relação aos mesmos países. E observe se que, exceto no Japão, o rendimento físico decresceu entre o período citado e 1976, conforme a tabela 15.B.

TABELA 15.B

FEIJÃO: PRODUTIVIDADE EM 61-65 E 76, POR PAÍSES

(kg/ha)

ANOS	BRASIL	CANADÁ	EUA	JAPÃO
61-65	656	1510	1433	1144
76	456	1433	1299	1321

Fonte: FAO, FIBGE (Brasil)
Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

O nível de tecnologia empregado na cultura da leguminosa é baixo, não só porque é uma lavoura praticada por pequenos produtores (de baixa renda), como também pela atomização das propriedades, dificultando a difusão de informação. Não é prática comum a correção do solo nem o uso de defensivos e fertilizantes. No entanto, pode-se notar em regiões do Paraná (maior produtor brasileiro) e do Rio Grande do Sul uma resposta imediata à assistência técnica: no pequeno número de propriedades que tem se beneficiado desta assistência, observa-se expressivo aumento da produtividade, alcançando, em alguns casos, a mais de uma tonelada por hectare.

A lavoura do feijão é via de regra consorciada, principalmente com o milho e o café no Centro-Sul, e com o algodão na região Nordeste. Apesar do feijão, por ser uma leguminosa, fixar nitrogênio no solo, a prática da consorciação com outras culturas diminui seu rendimento físico porque reduz a quantidade de nutrientes absorvida pela planta.

O feijão se depara, também, com a concorrência das culturas de exportação. Como ocorre na maioria dos países produtores, a leguminosa é plantada para atender, basicamente, o abastecimento interno. A ausência de comércio internacional expressivo limita as opções de colocação do produto, forçando baixas acentuadas de preço quando a safra é abundante.

O mercado internacional dos produtos concorrentes do feijão no plantio tem sido bastante favorável, principalmente a partir de 72/73. Uma consequência lógica desta situação foi o deslocamento da lavoura de feijão para terrenos mais acidentados, de menor produtividade, liberando os solos mais férteis e planos para a produção de culturas mais rentáveis, como é o caso da soja. Esta substituição não resultou em queda na área plantada, como se observa na Tabela 15.A, e sim, uma redução na produtividade média.

No cultivo do feijão predomina o pequeno produtor, que planta um pouco de soja, arroz, cana-de-açucar e milho, além do feijão. Diante de estímulos de mercado, é comum designar as áreas mais férteis para as culturas mais rentáveis, em detrimento do produto não estimulado. Não é por outra razão que o grande produtor prefere aplicar o seu capital nas culturas de mais alta rentabilidade e maior grau de especialização.

A todas essas considerações, adicione-se o fato do crédito rural ser privilégio dos grandes produtores, que têm suficientes garantias para oferecer. Este quadro explica porque o feijão vem se transformando numa lavoura marginal, cuja produtividade tem se reduzido nos últimos anos. Episodicamente, o Brasil tem recorrido ao mercado internacional, seja para escoar uma safra abundante ou contornar crises de abastecimento. Desde 1964 alternamos importações e exportações de feijão, com ínfima diferença a favor das exportações entre 64 e 76.

TABELA 15.C

BRASIL
FEIJÃO: EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO
1964-1976
Em t

ANOS	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
EXPORTAÇÃO	—	10	—	2.254	27.925	17.853	741	242	5.585	33	2.327	55.803	18
IMPORTAÇÃO	306	791	15.454	11.770	6.685	1.352	1.747	2.138	1.229	13.893	1.431	—	54.400

Fonte: CACEX, MF e CFP

Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

O exame das Tabelas 15.A e 15.C revela que o último ano foi atípico em relação ao período iniciado em 68. Tanto a safra das águas quanto a safra da seca sofreram quebras consideráveis, comprometendo o abastecimento interno. Adicionalmente, o tabelamento existente sobre o feijão preto, induziu a substituição na produção desta variedade pelas de cores, reforçando a escassez do produto. Os elevados preços praticados no mercado paralelo, que chegaram a atingir Cr$ 30,00/kg, levou à substituição no consumo de feijão preto para o de cores, refletindo, também, em preços elevados para este último tipo.

Vale considerar, no entanto, que os problemas ocorridos em 76 vieram, apenas, colocar em evidência a precariedade da estrutura de produção e comercialização da leguminosa, que se vem deteriorando paulatinamente. Observa-se um círculo vicioso, com sementes de baixa qualidade implicando em produtividade reduzida que, por sua vez, contribui à baixa rentabilidade da lavoura frente às culturas de exportações. Assim, ocorre o deslocamento da produção para regiões de menor produtividade, reiniciando-se o círculo.

As perspectivas para este ano não são desanimadoras. O plantio da safra das águas, a ser iniciado entre setembro e outubro na região Centro-Sul, poderá sofrer a influência dos elevados preços praticados no mercado paralelo. Não podemos esquecer, contudo, que faltam ainda duas remessas de feijão importado do México que deverão chegar, possivelmente, durante o plantio. Evidentemente, esta situação poderá ter efeito negativo sobre o ânimo do produtor. Por outro lado, o baixo preço do milho, e os preços cadentes da soja e do algodão, não deverão exercer, no próximo plantio, a mesma influência negativa que tiveram em 1976.

Preocupações com crises de curto prazo, embora de bastante relevância, não deverão contudo obscurecer o fulcro do problema que só se resolverá a longo prazo.

A solução para a lavoura de feijão no Brasil não

pode estar na dependência de quedas no preço e na rentabilidade das culturas de exportação. Há algum tempo, levantou-se a possibilidade de obrigar os produtores de soja à reserva de uma área para o plantio simultâneo do feijão. A proposta parece inviável na medida em que pode elevar as quebras de produção como consequência do "mosaico dourado" acima do paralelo 24. Aventou-se, também, a possibilidade do governo criar um programa de subsídio à produção nacional do feijão, nos moldes daquele que existe para o trigo. Temos dúvidas quanto ao sucesso de um programa desta natureza. O trigo, plantado normalmente em regime de cooperativas, facilita o controle de aquisições do produto pelo governo, ao contrário do feijão cujo plantio é muito atomizado. Além disso, não está claro se o volume de recursos alocados para o programa do trigo tem gerado benefício social condizente com a envergadura do projeto.

Como ponto de partida, devem ser consideradas medidas que visem o aumento de produção através de implementação concreta de uma política agrícola dirigida aos minifúndios, que contemple mais oferta de crédito (ainda que não subsidiado), acesso à orientação técnica, aos insumos modernos, armazenagem e escoamento, e, finalmente, um gradual redimensionamento do tamanho ótimo da propriedade rural.

A atual estrutura distributiva no campo não permite a grande massa de produtores semi-comerciais disputar os benefícios oficiais, que por serem subsidiados, são tanto mais escassos. Em consequência, o feijão - produto desta classe de minifundiários rurais - espelha a desvantagem estrutural que lhes é imposta pelo balanço distributivo vigente, encarecendo o produto desde o momento do seu plantio com sementes degeneradas e processos rudimentares.

Por outro lado, o feijão é mercadoria de consumo das classes menos favorecidas; o seu encarecimento (apesar da tabela) também prejudica o balanço distributivo da riqueza do lado dos consumidores.

Assim sendo, o abastecimento interno de feijão

esbarra em três dificuldades principais: baixa produtividade da cultura, comercialização onerosa e baixo nível aquisitivo de grande parte da população consumidora.

O problema da baixa produtividade só pode ser resolvido através de pesquisa agrícola com o objetivo de melhorar a qualidade das sementes atualmente utilizadas. A este propósito, a EMBRAPA já iniciou um programa de produção de sementes básicas limpas, para posterior multiplicação pelo Serviço de Produção de Sementes Básicas. Além disso, desenvolve um projeto mais ambicioso que objetiva criar variedades mais produtivas e resistentes às doenças com ênfase na adaptabilidade às variações climáticas. As variedades melhoradas só estarão disponíveis comercialmente dentro de 10 a 15 anos. Para que o programa alcance êxito, entretanto, é fundamental que os recursos a ele destinado acompanhe a necessidade da investigação ao longo do tempo e não sofra descontinuidade.

A par da ação da EMBRAPA, cujos resultados só aparecerão a médio prazo, dever-se-ia difundir o uso de sementes, selecionadas eletronicamente, processo que reduz o número de sementes contaminadas. Os resultados obtidos com a utilização destas sementes têm se apresentado suficientemente animadores para se proceder à divulgação maciça de tal prática, cujo custo de processamento é compensado pelo aumento de rendimento físico e qualidade do feijão colhido.

A característica minifundiária da lavoura de feijão tem acarretado excessiva intermediação na comercialização do produto. A consequência deste quadro é, normalmente, o baixo preço recebido pelos produtores quando comparado ao preço pago pelos consumidores. A inacessibilidade do crédito oficial também onera a produção e torna os produtores mais dependentes da ação localmente monopolista dos intermediários. Neste caso, o governo poderia minorar a intermediação existente comprando antecipadamente a produção. A COBAL, por exemplo criaria postos de compra nas regiões produtoras e usaria o preço mínimo como base para concessão de financiamento da colheita futura, que uma vez realizada e entregue ao posto da COBAL, habili

taria o produtor a receber a diferença entre o preço mínimo e o preço de mercado da data de entrega. Posteriormente, far-se-ia a distribuição do produto através dos supermercados. O processo, entretanto, não é compatível com o tabelamento do produto. Além disso, é preciso não desconsiderar os custos administrativos de um programa oficial desta natureza.

Não se justifica, a longo prazo, a intervenção do governo no mercado via tabelamento ou controle das importações. Como se observou no ano passado, a existência de um desenvolto "mercado negro" de feijão, tornou ineficaz a tabela, exceto para a criação de filas e descontentamento popular. A demanda por feijão preto no mercado paralelo autoriza a conclusão de que a liberação do preço do produto não induziria a uma queda significativa no consumo. De qualquer modo, esta liberação deveria se fazer gradativamente para que não houvesse retenção do produto nas propriedades e em mãos dos intermediários, à espera do aumento no preço.

Resta considerar a situação dos consumidores de baixa renda que vem enfrentando uma crescente escalada de preços, iniciada em 76, o que os leva a reduzir gradualmente sua ração protéica. Evidentemente, a liberação pura e simples do preço do feijão preto não significaria limitar o acesso desses consumidores ao produto, uma vez que nas épocas de escassez, o feijão só é encontrado nas áreas urbanas mais pobres e a preços não controlados por tabela.

A rígida manutenção do preço oficial só é conseguida mediante importações suficientemente volumosas, como vem ocorrendo nas últimas semanas. A aquisição do produto no exterior não decorre, quer de considerações a respeito da ração protéica mínima dos consumidores, quer de cogitações acerca da influência de preço de mercado sobre as intenções de plantio dos produtores de feijão. Se a preocupação com a ração dos consumidores fosse proeminente, as importações não seriam acionadas apenas como mecanismo de última instância. Parece prevalecer o controle da balança comercial, embora se saiba que a importação de outros primários "supérfluos" é mais onerosa

Por outro lado, as importações em última instância vêm inundar o mercado interno com bastante atraso quando a entressafra já está avançada e os produtores se preparam para plantar. Os preços caindo em virtude da colocação do feijão importado geram ganho circunstancial aos consumidores mas desestímulo aos produtores. Em consequência, no período seguinte, a uma menor oferta interna, se seguem importações ainda maiores. Como o mercado internacional do feijão é restrito em relação às dimensões da carência nacional, haverá reflexos altistas da cotação externa e menor produção interna. Vê-se, portanto, à falta de uma política harmônica que conjugue os interesses de controle da inflação com os planos de estímulo à produção, ficamos à mercê de importações temporalmente desorganizadas, que tardam e chegam inoportunamente.

Assim, não é exatamente a importação que gera desestímulo ao produtor, mas a falta de sensibilidade sobre o momento adequado de sua realização. Isto ocorre porque os objetivos de política atualmente perseguidos (controle da inflação e das importações) são atividades-meio, e não, as metas finais de melhor nutrição e aumento da produção.

*****
****
***
**
*